



Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS

CNPJ/MF 67.102.020/0001-44
COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2014

A Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS, sociedade anônima de capital fechado, regida pelo seu Estatuto Social e pela Lei Federal nº 6.404/76 e alterações, criada pela Lei Estadual nº 7.394, de 08/07/1991, sucessora do Departamento de Edifícios e Obras Públicas - DOP, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - Jucesp, em 25/10/1991, tem como principais acionistas o Governo do Estado de São Paulo e a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp e, como missão, a **viabilização de empreendimentos do Governo do Estado para benefício da sociedade paulista**. Com sede própria na Vila Mariana, em São Paulo/SP, vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão, é uma empresa de economia mista de direito privado e financeiramente não-dependente do Governo do Estado de São Paulo, que presta **serviços de engenharia, arquitetura e gestão predial** aos diversos órgãos e entidades da Administração Estadual, **primando por uma relação de respeito, confiança e credibilidade com clientes, colaboradores e cidadãos**. As suas atividades são desenvolvidas com **eficiência**: atividades que geram resultado e confiança; **agilidade**: atendimento das solicitações dos clientes com presteza e; **autenticidade**: relacionamento transparente com colaboradores, governo e sociedade, fundamentadas na Política da Qualidade da Companhia: **"Viabilizar empreendimentos públicos com qualidade em nível de excelência, visando à melhoria contínua de seus processos e o aperfeiçoamento de seus colaboradores com foco na satisfação de seus clientes e partes interessadas."** É importante destacar que a CPOS conquistou em 2014 a Certificação NBR ISO 9001:2008, por meio do organismo de certificação, a empresa TÜV Rheinland do Brasil Ltda., com validade até 13 de outubro de 2017, atuando na elaboração e gerenciamento de projetos de arquitetura e engenharia, boletim referencial de custos e orçamentos de obras de construção civil, gerenciamento e fiscalização de obras públicas de construção civil, avaliação de imóveis urbanos e rurais, de propriedade ou de interesse do Estado, gestão territorial de áreas públicas ou áreas de interesse de Órgãos Públicos, gestão predial e condomínios públicos e fiscalização de convênios de obras e serviços públicos. Além desses serviços certificados, a CPOS atua, ainda, nos serviços de licenciamento ambiental e apoio técnico a licitações. Os administradores vêm construindo um legado, com investimento contínuo no treinamento de seus colaboradores, que subiu de 3,23 horas/colaborador para 13,76 horas/colaborador nas respectivas especificidades, aperfeiçoando a capacidade laborativa e intelectual de cada um. Merece destaque, também, o significativo investimento em Tecnologia da Informação, de aproximadamente R\$3.150 mil, com destaque para a compra de licenças Revit e para a modernização do parque de computadores da empresa.

Principais Realizações

A CPOS, em 2014, assinou **113 contratos de prestação de serviços**, que somam em torno de R\$40.400 mil, com destaque aos seguintes clientes, empreendimentos e serviços: **Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania** - gerenciamento das obras de diversos fóruns nos municípios:

Caraguatuba, Francisco Morato, São Joaquim da Barra, Boituva, São José do Rio Preto, Mirandópolis, Conchas, Hortolândia, Potirêndaba, Peruíbe, Ilha Solteira, Jaú, José Bonifácio, Santa Bárbara D'Oeste, Mongaguá, São Carlos, Pacaembu, Brás Cubas, São João da Boa Vista, Ribeirão Pires, Espírito Santo do Pinhal, Itu; gerenciamento de obras para acessibilidade nos fóruns dos seguintes municípios: Jaboticabal, Mococa, Monte Alto, Olímpia, Santa Rosa de Viterbo e São José do Rio Pardo; e elaboração do projeto de Implantação complementar do Fórum de Rio Claro; **Justiça Federal** - elaboração dos projetos básico e executivo, para a construção da futura sede do Fórum Federal de Marília; **Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão** - elaboração de serviços técnicos especializados de engenharia para gestão imobiliária de imóveis do Estado de São Paulo "Conselho do Patrimônio Imobiliário"; **Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Juventude** - obtenção de outorga de regularização de obras hidráulicas existentes na "Vila Olímpica Mario Covas"; **Fundação Memorial da América Latina** - elaboração de projetos para restauro e reforma do "Conjunto Arquitetônico do Auditório Simon Bolívar"; **Secretaria Estadual de Segurança Pública** - gerenciamento das obras de reforma e ampliação da Delegacia Seccional de Santa Fé do Sul, Delegacia Seccional de Novo Horizonte e 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência "Bairro da Luz" SP; **Secretaria Estadual da Administração Penitenciária** - elaboração de Projeto Básico de Implantação e Orçamento para o Centro de Detenção Provisória "CDP" de Limeira; **Fundação Prefeito Faria Lima (CEPAM)** - revisão de projeto para o atendimento à comunicação de vistoria do Corpo de Bombeiros; **Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUSSESP)** - elaboração de projetos básico e executivo para reforma do depósito de materiais; **Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU)** - levantamento planialtimétrico; laudo de avaliação de imóvel e decreto expropriatório; **Secretaria Estadual de Segurança Pública - Departamento de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico (DENARC)** - elaboração de projetos básico e executivo para reforma das instalações do edifício-sede em São Paulo/SP; **Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU)** - elaboração de projeto executivo para reforma do Edifício Canadá, serviços técnicos para modernização dos elevadores do edifício e gerenciamento das obras complementares do trecho Campinas/Sumaré do Corredor Metropolitano Noroeste da Regional de Campinas; **Secretaria Estadual da Cultura** - gerenciamento da conclusão da reforma, ampliação e adequação das instalações da sede do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo e das obras do Museu de História; **Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (IPEM)** - gerenciamento de obras de recuperação da cobertura do Prédio Técnico Administrativo; **Secretaria Estadual de Segurança Pública - Departamento de Inteligência da Polícia Civil** - elaboração de projeto para readequação das instalações do Departamento de Inteligência de São Paulo; **Secretaria Estadual da Fazenda** - elaboração de projeto básico para a construção do edifício-sede da Regional de Administração do

ABCD; gerenciamento das obras dos Postos Fiscais de Suzano e de São José do Rio Pardo; **Instituto Geológico** - elaboração de projeto básico completo dos blocos A, B, e C, para a nova sede do Instituto Geológico e o gerenciamento das obras do bloco B para ocupação do imóvel; **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** - elaboração de serviços técnicos de engenharia, arquitetura, vistorias de apoio técnico nos serviços contratados entre o Tribunal e empresas de manutenção em suas unidades administrativas; **Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE)** - elaboração do projeto básico de vigilância eletrônica para o Complexo Hospitalar; **Secretaria Estadual dos Transportes Metropolitanos; Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado (ARSESP); Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Universidade Estadual de São Paulo (UNESP); Companhia Energética de São Paulo (CESP); Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM); São Paulo Transporte (CPTRAN); Departamento de Estradas e Rodagem (DER); Desenvolvimento Rodoviário S/A (DERSA); Estrada de Ferro Campos do Jordão; Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE); Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU); Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (IPEM); Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP); Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRO); Fundação Apoio à Faculdade de Medicina de Marília (FAMAR); Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU); Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN)** - elaboração de laudos técnicos de avaliação de valor de mercado para locação e venda de imóveis.

Os contratos de prestação dos serviços mencionados, acrescidos àqueles já firmados em anos anteriores, ainda em execução, geraram **receita de prestação de serviços no valor de R\$93.834 mil**, faturados de janeiro a dezembro de 2014.

Em 2014 foram elaboradas propostas para aproximadamente 219 empreendimentos, no valor total de **R\$144.568 mil**, com percentual de realização em torno de 28%.

Refletindo o panorama econômico-financeiro no âmbito da administração pública, especialmente do último trimestre, com as medidas de ajuste orçamentário e financeiro do exercício, o **lucro operacional**, no patamar de **R\$757 mil**, ficou aquém do previsto para 2014, assim como a **redução de caixa**, no montante de **R\$2.997 mil**.

Neste cenário de incertezas econômicas, os administradores reiteram seu compromisso com o Governo do Estado de São Paulo, envidando esforços para a manutenção dos clientes, já consagrados, assim como para a conquista de novos, com a perspectiva de novos negócios, além de contar com a dedicação e a competência de seus colaboradores, engajados em viabilizar as necessidades da sociedade paulista.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	NE	2014		2013	
		NE	2014	NE	2013
Circulante		56.147	52.873	30.722	28.173
Caixa e bancos		743	9.927	7.194	6.941
Aplicações financeiras	3b	11.524	5.337	13	1.492
Clientes		13.632	15.602	1.130	1.033
Serviços em andamento	4	4.463	3.137	4.114	3.568
Créditos a receber	5	3.732	2.372	1.743	5.289
Outros créditos	6	6.938	5.898	414	1.047
Estoques		153	103	7	37
Despesas antecipadas		334	295	7	14.628
Gestão predial	7	14.628	10.202		
Não-circulante		69.249	68.994		
Realizável a longo prazo		23.344	23.292	12.772	12.236
Outros créditos		1.500	1.079	14	7.146
Clientes	3c e 8	10.953	11.018	3c	5.523
(-) Provisão para perdas	8	-5.498	-5.498		103
Pagamentos por conta de contratos	3c	149	149		81.902
Depósitos judiciais		445	749		81.458
Imóveis destinados a venda	9	15.795	15.795	16	88.645
Investimento	10	31.628	31.628	17	11.376
Propriedade para investimento		26.700	26.700	18	26.490
Outros investimentos		4.928	4.928	18 e 19	-44.609
Imobilizado	3d e 11	13.779	13.905		
Intangível	12	498	169		
Total		125.396	121.867	125.396	121.867

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (EM MILHARES DE REAIS)

	Capital Social		Reserva de Capital		Ajuste de Avaliação Patrimonial		Prejuízos Acumulados		Total
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	88.645	11.376	11.376	11.376	26.601	26.601	-52.278	-52.278	74.344
Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado					-55	-55	55	55	-
Lucro líquido do exercício							7.114	7.114	7.114
Saldos em 31 de dezembro de 2013	88.645	11.376	11.376	11.376	26.546	26.546	-45.109	-45.109	81.458
Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado					-56	-56	56	56	-
Lucro líquido do exercício							444	444	444
Saldos em 31 de dezembro de 2014	88.645	11.376	11.376	11.376	26.490	26.490	-44.609	-44.609	81.902
	(NE 16)	(NE 17)	(NE 17)	(NE 17)	(NE 18)	(NE 18)	(NE 3a, 18 e 19)	(NE 3a, 18 e 19)	

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (EM MILHARES DE REAIS)

	Capital Social		Reserva de Capital		Prejuízos Acumulados		Outros Resultados Abrangentes		Patrimônio Líquido		Demonstração do Resultado Abrangente	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Saldos em 31 de dezembro de 2012	88.645	11.376	11.376	11.376	-52.278	-52.278	26.601	26.601	74.344	74.344	-	-
Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado					55	55	-55	-55	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes												
Lucro líquido do exercício					7.114	7.114			7.114	7.114		
Resultado Abrangente do Período											7.114	7.114
Saldos em 31 de dezembro de 2013	88.645	11.376	11.376	11.376	-45.109	-45.109	26.546	26.546	81.458	81.458	-	-
Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado					56	56	-56	-56	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes												
Lucro líquido do exercício					444	444			444	444		
Resultado Abrangente do Período											444	444
Saldos em 31 de dezembro de 2014	88.645	11.376	11.376	11.376	-44.609	-44.609	26.490	26.490	81.902	81.902	-	-
	(NE 16)	(NE 17)	(NE 17)	(NE 17)	(NE 3a, 18 e 19)	(NE 3a, 18 e 19)	(NE 3a e 18)	(NE 3a e 18)				

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (EM MILHARES DE REAIS)

1. Contexto Operacional

A Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS, sociedade anônima de direito privado e de capital fechado, com sede na Rua Tangará nº 70 - Vila Mariana - São Paulo/SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 67.102.020/0001-44, tem seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - Jucesp sob o nº 35.300.132.343 em 25 de outubro de 1991. Empresa de economia mista parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão, constituída em 8 de outubro de 1991, em decorrência de sua lei de criação de nº 7.394, de 8 de julho de 1991, tem como objetivo principal administrar, planejar, projetar, construir, reformar, conservar e ampliar edifícios de propriedade do Estado de São Paulo. Seus principais clientes são Órgãos e Entidades do Governo do Estado de São Paulo e os principais fornecedores, empresas de prestação de serviços.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, observadas as mudanças de práticas contábeis adotadas no Brasil, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, especialmente o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração da empresa para sua gestão, em conformidade com a Orientação Técnica OCPC 07, divulgada em 11 de novembro de 2014. Em razão das características operacionais, não são aplicáveis Ajustes ao Valor Presente - Pronunciamento Técnico CPC 12.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas estão contabilizadas de acordo com o regime de competência para apuração do resultado líquido do exercício e, para a apuração do resultado abrangente total, foram reconhecidos os componentes de outros resultados abrangentes: Ajustes de avaliação patrimonial.

b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão registradas pelo custo acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

c. Créditos a receber e obrigações a pagar

Os créditos a receber do grupo de Realizável a Longo Prazo, nas contas de "Clientes" e de "Pagamentos por conta de contratos", estão atualizados com base na variação da UFESP até 31 de dezembro de 2000. Da mesma forma, estão atualizados com base na variação da UFESP





Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS

CNPJ/MF 67.102.020/0001-44
COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (EM MILHARES DE REAIS)

até 31 de dezembro de 2000 o valor a pagar de R\$ 1.194 mil, referente a ressarcimento de pessoal comissionado, contemplado na conta de "Obrigações a Pagar", do grupo de Exigível a Longo Prazo.

d. Imobilizado

Com exceção das contas de terrenos e edificações, cujos bens estão registrados pelo valor justo, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado, o imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxa que contempla a vida útil econômica dos bens descrita na Nota 11.

4. Circulante - Serviços em Andamento

Esse grupo de contas contempla o montante de R\$ 2.573 mil a receber das entidades que ocupam os imóveis situados na Rua Boa Vista, nºs 170 e 176, Rua General Carneiro, nºs 245 e 255, Rua XV de Novembro, nºs 306, 324, 330 e 336 e Rua Boa Vista, nºs 175, 185 e 191, Centro, São Paulo/SP, que integram o Centro Integrado de Administração do Estado - C.I.D.A.D.E. I e II e o montante de R\$ 1.752 mil a receber das entidades que ocupam os imóveis situados na Rua Boa Vista, nºs 140, 150 e 162, Centro, São Paulo/SP, que integram o Centro Integrado de Administração do Estado - C.I.D.A.D.E. IV, em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica firmado pela CPOS com a Secretaria de Planejamento e Gestão, em 01/10/2012, que objetiva a prestação de serviços de gestão predial.

5. Circulante - Créditos a Receber

Esse grupo de contas contempla os valores a receber da Secretaria da Administração Penitenciária - SAP, no montante de R\$ 2.370 mil, relacionado aos haveres e dívidas da Administração Direta e Indireta, tratados pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 51.470 de 2 de janeiro de 2007.

Contempla, ainda, o montante de R\$ 1.239 mil relativo à fraude constatada pela CPOS, em 02 de julho de 2014, em pagamentos realizados no Banco do Brasil, agência Bela Vista. Administrativamente, a CPOS instaurou procedimento de sindicância e lavrou boletim de ocorrência que culminou na abertura de inquérito policial. No tocante à recuperação do recurso financeiro, em 13 de janeiro de 2015, o Banco do Brasil ressarciu a CPOS por meio de crédito em conta corrente, conforme o Termo de Ressarcimento e Quitação.

6. Circulante - Outros Créditos

Esse grupo de contas contempla o valor a receber de R\$ 3.455 mil correspondente ao ressarcimento de pessoal cedido pela CPOS para outros Órgãos.

7. Circulante - Gestão Predial

Nessa rubrica estão contemplados os valores relacionados aos contratos de gestão predial firmados pela CPOS: Secretaria de Planejamento e Gestão - Edifícios CIDADE I, II, III e IV; Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo - EMTU/SP e Edifício Canadá.

8. Realizável a Longo Prazo - Clientes e Provisão para Perdas

Os valores a receber da conta "Clientes" se referem a créditos decorrentes de contratos em que a CPOS prestou serviços cujas cobranças não foram pagas ou foram pagas com atraso por nossos clientes. Esses créditos, em sua maioria, pendentes há mais de 15 anos, estão constituídos de:

- 8.1 - Principal vencido entre 1992 e 31 de dezembro de 2000, mais;
- 8.2 - Correção Monetária, do principal mencionado no item 8.1, calculada até 31 de dezembro de 2000, mais;
- 8.3 - Correção Monetária, calculada de 1992 até 31 de dezembro de 2000, de valores recebidos com atraso naquele período, mais;
- 8.4 - Principal vencido entre 1º de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2013.

A provisão para perdas no recebimento de créditos relativos à correção monetária por atraso no pagamento foi constituída considerando o disposto nos artigos 340, 341 e 342 do Regulamento do Imposto de Renda e motivada pelo não reconhecimento desses créditos pelas entidades do Governo Estadual no decorrer das reuniões do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 51.470 de 2 de janeiro de 2007, para realizar levantamento de haveres e dívidas da Administração Direta e Indireta.

9. Realizável a Longo Prazo - Imóveis Destinados a Venda

Dos imóveis transferidos em 22 de dezembro de 2000, por meio de Instrumento Particular de Cessão de Direitos Pessoais e Reais da extinta Companhia Paulista de Ativos - CPA para a CPOS, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, o saldo remanescente é de R\$ 15.795 mil classificados em Imóveis Destinados a Venda. Desse montante R\$ 6.206 mil foram integralizados ao capital e R\$ 9.589 mil permanecem na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. A essa rubrica se aplica os Pronunciamentos Técnicos CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada e CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos.

	Reserva de Capital	Capital Social	15.795
Saldo em 31 de dezembro de 2013			
Imóvel - Av da Saudade Campinas	-	4.312	-
Imóvel - Pe. Camargo Lacerda - Campinas ..	-	174	-
Imóvel - Rua Lidgerwood - Campinas	-	846	-
Imóvel - Av. Pres. Wilson - São Paulo	-	874	-
Imóvel - Profª Zenita A.Nogueira - Bauru 2 ...	5.843	-	-
Imóvel - Profª Zenita A.Nogueira - Bauru 1 ...	2.349	-	-
Redução ao valor recuperável em 2011	(395)	-	-
Imóvel - São José do Rio Preto	42	-	-
Imóvel - Rio Claro	1.750	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9.589	6.206	15.795

10. Investimento

As Propriedades para Investimento foi aplicado o Pronunciamento Técnico CPC 28 - Propriedade para Investimento e o montante de R\$ 26.700 mil refere-se ao imóvel de Cubatão R\$ 7.000 mil e ao imóvel de Dante Pazzanese R\$ 19.700 mil.

O valor de R\$ 4.928 mil, consignado na rubrica "Outros Investimentos", refere-se a ações da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ.

11. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	2014	2013
Terrenos	-	11.167	11.167
Edificações	4%	2.854	2.854
Móveis, utensílios e equipamentos ..	10%	1.627	1.553
Instalações - escritório	10%	522	516
Veículos	20%	556	556
Computadores e periféricos	20%	3.462	3.260
Equipamentos Telefônicos	10%	145	140
		20.333	20.046
(-) Depreciação acumulada		(6.554)	(6.141)
		13.779	13.905

12. Intangível

Ao Ativo Intangível foi aplicado o Pronunciamento Técnico CPC 4 (R1) - Ativo Intangível e o montante de R\$ 498 mil refere-se a software.

13. Cauções e retenções contratuais

Nessa rubrica está contemplado o valor de R\$1.473 mil correspondente ao depósito realizado em 13/03/2014, na conta corrente da CPOS, em garantia à participação na concorrência de alienação de imóvel, com terreno de 28.980,53 m², localizado em Campinas. Essa concorrência foi suspensa no momento da homologação do certame, em março/2014, em vista de recurso interposto, do qual aguarda-se julgamento.

14. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As Contingências foram aplicados os regramentos do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A CPOS é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. A administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável e, os passivos contingentes avaliados com risco de perda possível não são reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	2014	2013
Risco de perda provável		
Processos cíveis e tributários	6.747	5.832
Processos trabalhistas	399	825
Provisão de Contingências	7.146	6.657
Risco de perda possível		
Processos judiciais cíveis e tributários	69.054	64.736
Processo administrativo tributário	48.144	45.276
Passivos Contingentes	117.198	110.012

Nas contas de Veículos e Computadores e periféricos do Ativo Imobilizado (Nota 11) e Imóveis destinados a venda do Ativo Realizável a Longo Prazo (Nota 9) constam bens penhorados em processos fiscais e cíveis em que a CPOS é parte, no montante de R\$ 874 mil.

Com base nas informações dos consultores jurídicos, os ativos contingentes que representam provável entrada de benefícios econômicos na Companhia são representados por dois processos judiciais de natureza cível, no montante de R\$ 1.279 mil, que não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que poderão não ser realizados.

15. Base de Cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em novembro de 2009, a CPOS aderiu ao parcelamento de débitos com a Receita Federal, com desistência/renúncia a processos, em conformidade com a Lei federal nº 11.941/2009, de 27 de maio de 2009. Em 30 de junho de 2011, em cumprimento ao cronograma definido na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 3 de fevereiro de 2011, atendendo ao prazo estabelecido para consolidação do parcelamento, a CPOS indicou

os débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para parcelamento na modalidade de 60 (sessenta) meses, com a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL para quitação de multas e juros moratórios. Em outubro de 2014, a CPOS liquidou o mencionado parcelamento de débitos junto à Receita Federal.

Em 31 de dezembro de 2014, o prejuízo fiscal da Companhia está estimado em R\$ 56.003 mil (R\$ 56.428 mil em 2013) e a base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, também, em R\$ 56.003 mil (R\$ 56.428 mil em 2013).

16. Capital Social

O capital social autorizado é de R\$ 249.656 mil, conforme estabelecido no parágrafo único do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia. O capital social, subscrito e integralizado, no montante de R\$ 88.645 mil é representado por 22.333.330.314 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Composição Acionária	Nº de Ações	Valor R\$	%
Fazenda do Estado	22.328.599.302	88.624.049,34	99,9761
Prodesp	4.731.000	21.221,69	0,0239
Membros do Conselho de Administração	12	0,12	0,0000
Total	22.333.330.314	88.645.271,15	100,0000

17. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Essa rubrica refere-se aos imóveis transferidos da extinta Companhia Paulista de Ativos - CPA, sendo que R\$ 9.589 mil deverão ser reavaliados no momento da venda ou da realização do aumento de capital, em observância ao disposto nos artigos 7º e 8º da Lei 6404/76 e eventuais diferenças em relação aos valores apontados implicarão redução ou aumento do valor do crédito contabilizado e os restantes R\$ 1.787 mil, correspondem ao saldo de imóvel já reavaliado e vendido.

Saldo em 31 de dezembro de 2013		11.376
Imóvel - Profª Zenita A.Nogueira - Bauru 2	5.843	
Imóvel - Profª Zenita A.Nogueira - Bauru 1	2.349	
Redução ao valor recuperável em 2011	(395)	
Imóvel - Rio Claro	1.750	
Imóvel - São José do Rio Preto	42	
Imóvel - Campinas - Saldo Quitado	1.787	
Saldo em 31 de dezembro de 2014		11.376

18. Ajuste de Avaliação Patrimonial

A depreciação relativa ao ajuste de avaliação patrimonial das edificações do imóvel Tangará, no montante de R\$ 56 mil, foi transferida da conta Ajustes de avaliação patrimonial para a conta de Lucros acumulados, como previsto na Interpretação Técnica ICPC 10.

19. Resultado do Exercício

O lucro líquido do exercício de R\$ 444 mil foi totalmente absorvido pelos prejuízos acumulados por isso não consta demonstrada a sua alocação nas Demonstrações de Resultado do Exercício - DRE e Abrangente - DRA.

20. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Companhia elabora a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC pelo método direto. Sendo assim, de forma a atender ao disposto no Pronunciamento Técnico nº 03 (R2), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, bem como, ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 03, do Conselho Federal de Contabilidade, apresentamos, a seguir, a conciliação entre o resultado do exercício e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.

Conciliação entre o resultado do exercício e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	R\$ mil
Resultado do exercício antes do IRPJ e CSLL	757
Ajustes para conciliar o resultado com o valor do caixa líquido gerado (aplicado)	
Depreciação e Amortização	515
Resultado na venda (baixa) de ativos permanentes	0
Variações nas contas dos ativos e passivos (operacionais) (Aumento) Redução em contas a receber	-6.234
(Aumento) Redução nos estoques	-50
(Aumento) Redução nas despesas antecipadas	-39
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	2.050
Aumento (Redução) na provisão para devedores duvidosos	0
Aumento (Redução) na provisão para férias	546
Aumento (Redução) na provisão para contingências	489
IRPJ e CSLL	-313
Total dos Ajustes	-3.036
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	-2.279

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

AOS ADMINISTRADORES E ACIONISTAS DA COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS - CPOS SÃO PAULO - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS - CPOS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos

auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E

SERVIÇOS - CPOS, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Prejuízos Acumulados

A Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 44.609 mil em 2014 (R\$ 45.109 mil em 2013), representando 50,32% do Capital Social (50,89% em 2013). No exercício de 2014 apresentou lucro líquido de R\$ 444 mil (R\$ 7.114 mil em 2013), observada a manutenção de sua rentabilidade operacional, porém, havendo a necessidade de geração de resultados líquidos positivos em maior volume, para cobertura dos prejuízos acumulados.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados e emitimos relatório datado de 07 de março de 2014, sem modificação na opinião.

São Paulo, 09 de março de 2015.

TGB - AUDITORIA E CONSULTORIA S/S

2RS003622/O-0 - "S" - SP

ANTONINHO DA COSTA SOUZA

Contador 1CRC RS - 30.935/O-5 - "S" - SP

Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, aprovadas em Reuniões da Diretoria e do Conselho de Administração, e, com base nos exames efetuados,

nos demais esclarecimentos prestados pelos representantes da CPOS, considerando, ainda, o Parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes, TGB Auditores e Consultores S/S, datado de 9 de março de 2015, concluíram que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e, em condições de serem submetidos à deliberação dos Acionistas na Assembléia Geral Ordinária.

São Paulo, 11 de março de 2015

Benedicto Viviani
Claudia Bice Romano
Deraldo de Souza Mesquita Junior
Energita Alves Moreira dos Santos
Julio Cesar Campos Ferreira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Antonio Luque

Gustavo Gonçalves Ungaro

José do Carmo Mendes Júnior

Julio Francisco Semeghini Neto

Miguel Calderaro Giacomini

Raquel Iglesias Verdenacci

Roberto Meizi Agune

Sérgio Duarte Benatti

DIRETORIA

Miguel Calderaro Giacomini

Diretor-Presidente

Vicente Rosolia

Diretor Administrativo e Financeiro

Emílio Hermida Romero

Diretor de Engenharia e respondendo pela Diretoria de Serviços

Fábio Augusto Martins Lepique

Diretor de Gestão Institucional

CONSELHO FISCAL

Benedicto Viviani

Claudia Bice Romano

Deraldo de Souza Mesquita Junior

Energita Alves Moreira dos Santos

Julio Cesar Campos Ferreira

CONTADORA

Mônica Martins de Araujo

CRC nº 1SP163880/O-7

